

## ARTIGO

# URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E FAVELAS: O RIO DE JANEIRO NA IMPRENSA CARIOCA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

LUIS CARLOS MARTINS\*

### RESUMO

Este artigo objetiva analisar a forma como a imprensa carioca – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora* – abordou o crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileira durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Mais especificamente, iremos abordar o tema do aumento das “favelas” na capital federal, resultado do rápido processo de industrialização e de transição campo-cidade que então se verificou. Tal transição gerou muitas controvérsias, dando origem a um debate no qual se discutiu a viabilidade de tal projeto, sendo o incremento das zonas de habitação precárias (chamadas “favelas”) um dos focos principais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa, favelas, urbanização

### ABSTRACT

This article aims to analyze how the Rio press - – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* and *Última Hora* – analyzed the rapid and uncontrolled growth of Brazilian cities during the Second Vargas Government (1951-1954). More specifically, we will examine the increasing issue of "slums" in the federal capital, result of the rapid process of industrialization and rural-urban transition in the period. This transition has generated much controversy, giving rise to a debate in which it was discussed the feasibility of such a project. The increase in precarious housing zones (called “slums”) was a major focus.

**KEYWORDS:** Press, slums, urbanization

### Introdução

O objetivo desta comunicação é discutir resultados de uma pesquisa que procura estudar a forma como foi debatido o acelerado processo de industrialização e de urbanização brasileiro ocorrido entre os anos 1930-1970 através da grande imprensa nacional (RJ/SP).

O presente artigo analisa especificamente como a imprensa carioca – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora* – representou<sup>1</sup> e se posicionou frente ao processo do crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileira durante o Segundo Governo

Vargas (1951-1954). Nosso foco aqui é a maneira como esses jornais trataram do tema do aumento das “favelas” na capital federal no período, o Rio de Janeiro.

Este tema se justifica porque o Segundo Governo Vargas e seu projeto de industrialização constituíram um momento crucial da rápida transição do país da condição de nação rural e agroexportadora para a de nação relativamente industrializada e urbanizada. Ademais, essa transição gerou muitas controvérsias, originando um intenso debate sobre a sua adequabilidade ao Brasil, que teve na questão do crescimento desordenados da cidade - e do conseqüente aumento das “favelas” - um dos focos principais. Aqueles que temiam e/ou não desejavam a drástica transformação demográfico-espaçial em curso centravam as suas críticas nos “problemas” acima referidos. Enquanto os que defendiam o processo tentavam amenizar essas “dificuldades” e destacar o “progresso” e a “modernidade” que ele estava trazendo.

Por essas razões, o tema permite compreender não apenas como os jornais se posicionaram frente ao processo de urbanização-industrialização, mas, também a sua visão político-social sobre as camadas mais pobres da sociedade brasileira, através das leituras que apresentam a respeito dos locais de moradia e do “estilo de vida” dessa população, especialmente quando analisamos as alternativas que propuseram para resolver o “problema” (saneamento ou eliminação). O que ainda se torna mais significativo quando consideramos que o grande afluxo populacional para uma cidade como o Rio de Janeiro se deu com base no êxodo rural e na migração de populações das regiões Norte e, especialmente, Nordeste do Brasil. O que promoveu uma mudança na composição étnica das camadas urbana, com aumento proporcional dos grupos de origem africana e indígena em detrimento das camadas de origem europeia, afora a ampliação dos grupos de baixa renda<sup>2</sup>.

Por fim, devemos considerar que a percepção sobre o urbano depende muito da forma como uma cidade é representada em diversas narrativas, as quais, muitas vezes, atribuem-lhe sentidos que ela não receberia apenas pela vivência direta de seus habitantes. Os centros urbanos - quer seja pelas suas variações econômico-sociais, quer seja por sua diversidade étnica e cultural -, são universos plurais, contraditórios e, por isso, polissêmicos.

Como apontam vários autores,<sup>3</sup> a cidade pode ser vista das mais diferentes maneiras e, assim, o que ela pode significar para seus habitantes ou para quem a observa não deriva apenas da experiência empírica subjetiva de cada um, mas também das formas como a *urbs* é representada simbolicamente. Essas formas de representação também são formas de

hierarquização do espaço e, dessa maneira, dos grupos sociais que os habitam<sup>4</sup>. Mais do que isso, podemos até considerar que a ocupação social do espaço e, principalmente, a representação social do espaço ocupado estão entre as principais formas de hierarquização da sociedade contemporânea, dividindo as cidades em zonas de habitação legítimas e legitimadoras (os bairros chics) e zonas de moradia ilegítimas/desprestigiantes (a periferia, o subúrbio e, no caso brasileiro, a “favela”). Decorre daí a importância, apontada por Bresciani em seu projeto coletivo de investigação sobre a “palavra e a cidade”:

de prosseguirmos no levantamento de palavras que compõem a linguagem da exclusão e da estigmatização social, já que o problema da segregação espacial, por exemplo, apresenta-se como elemento crucial para se compreender a hierarquia social visível e legível na trama urbana das cidades contemporâneas.<sup>5</sup>

A narrativa jornalista constitui, nesse caso, um campo discursivo privilegiado para identificar as possíveis percepções sobre o urbano, na medida em que comporta “falas” intencionalmente direcionadas ao grande público, que circularam por parcelas significativas dos moradores. Estudar como a grande imprensa brasileira abordou este processo torna-se interessante, a) devido à maior capacidade de difusão pela sociedade que a narrativa jornalística apresenta em relação aos demais campos de saber (como a economia e o urbanismo), fazendo com que a compreensão de como os jornais abordaram esse processo possa nos fornecer uma visão mais ampla acerca das percepções que circularam sobre o mesmo; b) porque a narrativa jornalística constitui um tema com interesse específico de pesquisa, na medida em que ela incorpora, não apenas a interpretação de outros espaços, mas também o próprio “olhar jornalístico” sobre a realidade social, o qual interfere na formação das representações coletivas e, assim, na própria forma de vivência dessa realidade; e, por fim, c) se considerarmos a narrativa jornalística na sua condição de processo comunicacional - o qual incorpora a necessidade de um mínimo de diálogo entre o jornal/jornalista e seu público leitor -, podemos encontrar, na análise dos diversos espaços de enunciação dos periódicos, diferentes vozes<sup>6</sup> e percepções sobre o processo em curso, além daquela atribuída “oficialmente” ao órgão de imprensa.

### **A “favela” em evidência**

A presença das “favelas” não é uma novidade ou realidade exclusiva dos anos de 1950, no Rio de Janeiro. Ao contrário, o então Distrito Federal, capital dos Estados Unidos do Brasil, já lidava com a questão há um bom tempo, no mínimo desde a passagem do século XIX para o XX. A origem da favela, porém, é ainda um tema controverso na

historiografia brasileira, que aponta diferentes causas como explicação para o fenômeno. Dentre essas causas, encontra-se a imigração de colonos estrangeiros para o Rio ainda no Império, os quais teriam ocupado os morros da cidade na impossibilidade de encontrar moradias regulares para se alocarem na *urbs*. Menciona-se, também, o fim formal da escravidão, que levou boa parcela da população negra recém-liberta a habitar os morros cariocas. Por fim, não falta a lembrança ao episódio dos soldados egressos da Guerra de Canudos, que ocuparam, com barracões, o Morro da Providência, em 1897, depois de se dirigirem à Capital Federal para reivindicar os soldos devidos pelo governo brasileiro pela sua participação no conflito armado.<sup>7</sup> Provavelmente, todos esses fatores contribuíram para a emergência do “fenômeno das favelas”. A falta de consenso sobre a sua origem, entretanto, não impede que a literatura a respeito do tema apresente uma série de características que marcam essas “zonas de moradia precária” desde o início de sua instalação do Rio de Janeiro e que são muito presentes nos anos de 1950.

Uma delas está na irregularidade. As construções habitacionais que constituem uma área de moradia considerada como “favela” normalmente se originam a “margem da lei” – quer seja das normativas que regulam as construções legais em uma comunidade, quer seja da legislação a respeito da propriedade ou mesmo do código penal. O IBGE, por exemplo, conceitua favela como “aglomerado subnormal (...) ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular)”. Acrescentando que as moradias são “dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.<sup>8</sup>

Outra característica importante – e que se já se evidencia na referência acima - está na precariedade. As moradias que constituem uma favela, no geral, caracterizam-se por estarem abaixo dos níveis habitacionais considerados adequados à comodidade e mesmo à salubridade humana. Expressões como mocambos, maloca e casebres geralmente estão associadas a elas. Falta de saneamento, energia e transporte são elementos comuns na descrição desse espaço habitacional. Em um artigo sobre o tema, encontramos a seguinte conceituação:

As denominações de favela, comunidade, localidade, ou mesmo bairro, está (sic) relacionada a um determinado conjunto de características que delimitam um espaço constituído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). A grande maioria das construções encontra-se fora dos padrões estabelecidos como formais para moradias, utilizando material com características de provisoriamente, contrapondo-se à ‘cidade legal’.<sup>9</sup>

Associada a isso, encontramos igualmente a questão da carência e/ou alto custo das moradias na Capital da República, na medida em que a constituição e ampliação das favelas, em geral, têm como uma das suas causas a dificuldade das populações de menor renda em adquirir às habitações “regulares”. Sobre isso, um das causas mais apontadas pela historiografia especializada é a especulação imobiliária. Embora o uso da força tenha sido um dos fatores que impeliu a população pobre para as zonas marginais da “Cidade Maravilhosa”, a alta artificial dos preços das moradias também teve forte influência nesse processo, junto com a legislação e a ação repressiva do poder público.<sup>10</sup>

É importante considerar esse aspecto da questão, para entender que o processo de expansão das favelas no Rio de Janeiro não se restringe apenas aos “momentos excepcionais” proporcionados, por exemplo, pelos reformadores do espaço urbano, como Pereira Passos (1903-1906). Ao contrário, se esses “momentos excepcionais” podem ajudar a compreender e a pintar com cores dramáticas a origem do fenômeno, eles são insuficientes para explicar a sua continuidade e mesmo a sua expansão, como a que ocorre nos anos 50.

A compreensão da especulação imobiliária no Distrito Federal e seu papel na dinâmica própria do incremento da favela, especialmente no período em que se detém este estudo não é tão simples. Primeiro, há de se considerar o acúmulo de capital no setor do comércio de exportação-importação, que levou à necessidade de inversão desse capital em novos empreendimentos, dentre os quais se destaca o setor imobiliário. Como lembra Maurício de Abreu, esse fenômeno acompanha a cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua história como capital e principal porto do país e, a partir da virada do século XIX para o XX, não só acarreta o encarecimento do imóvel nas suas regiões centrais. Ele também estende os seus efeitos para a favela, onde a construção, o aluguel e a venda dos “barracos” tornaram-se um próspero e rendoso negócio, motivando a sua continuidade.<sup>11</sup>

Segundo, temos que considerar o efeito atrativo que a oferta de empregos exerce sobre as populações de fora do centro urbano. Elemento difícil de mensurar de forma objetiva, pois nele interferem fatores materiais e simbólicos,<sup>12</sup> o fato é que historicamente a cidade do Rio de Janeiro se constituiu num polo de convergência de migrantes e imigrantes em busca de trabalho, mesmo que sem os resultados almejados. Isso implicou em um afluxo humano superior à capacidade do setor econômico, em especial o industrial, em absorver toda a população recém-chegada à cidade, forçando boa parte dela ao desemprego, ao subemprego e mesmo às atividades a margem das normas legais e morais. Em consequência, além de a própria população “oficialmente” empregada receber uma

remuneração incapaz de lhe proporcionar acesso às moradias regulares, o aumento dos desempregados, subempregados e mesmo daqueles voltados às atividades tidas como “ilícitas” amplificou o contingente direcionado para as zonas de habitação precárias, fossem elas favelas ou não. Por tudo isso, também não deve estranhar a significativa associação da “favela” à permanência ou aumento da “criminalidade”.<sup>13</sup>

Influente no processo de construção/ampliação das favelas cariocas desde o início do século XX, o processo migratório se tornará quase dramático no Rio de Janeiro dos anos 50. Impulsionado por uma industrialização acelerada que atinge a faixa de mais de 11 % ao ano, as cidades brasileiras quase dobram a sua população entre os anos de 1940 e 1960. No caso da *Cidade Maravilhosa*, segundo dados do IBGE, em 1940, a sua população total era de 1.764.141 habitantes, chegando a 2.377.451, em 1950, e atingindo a marca de 3.307.163 moradores, no ano de 1960. Ou seja, em 20 anos, o aumento é de 87 %, e, na década que focamos a nossa pesquisa, o crescimento é de quase 40 %.<sup>14</sup> Entretanto, o Rio de Janeiro apresentou um incremento industrial inferior ao de outros centros urbanos brasileiro no período, o que fez com que fosse maior, no caso carioca, a tendência de a população migrante ser direcionada ao setor informal da economia e aumentar, assim, os bolsões de misérias instalados na Capital Federal<sup>15</sup>. Isso tudo acirrará também o componente étnico da “favela”, na medida em que, se a ela já era destinada grande parte da população de origem africana da cidade, agora essa população “não-europeia” ainda será reforçada pela presença do “nordestino”, com fortes traços indígenas na sua composição racial.

Por fim, interessa ao nosso trabalho salientar outro aspecto característico da questão: o fato de as zonas de habitação “marginais” – tanto legal, quanto socialmente – que constituem as favelas ocuparem, não os subúrbios, mas regiões próximas ao centro da cidade. No período estudado, o centro e a zona sul do Rio de Janeiro eram as áreas onde a população de menor renda – regularmente empregada ou não – obtinha a base de sua remuneração. Além disso, o preço alto e a deficiência dos transportes coletivos urbanos inviabilizavam ao trabalhador pobre morar longe do seu local de “trabalho”, devida à impossibilidade de arcar com os custos de uma nova moradia e do deslocamento de grandes distâncias. Esses dois fatores serviam como forte inibidores para o deslocamento das parcelas mais carentes da população às regiões mais periféricas, onde poderiam encontrar melhores condições de habitabilidade. Aliando-se a isso a própria geografia particular do Rio de Janeiro, cujo eixo urbano se desenvolveu adaptando-se e contornando

uma densa e tortuosa cadeia de morros, compreende-se porque a opção dessas camadas populares pelos morros próximos ao centro e aos bairros nobres da cidade.<sup>16</sup>

### **Cidades Refletivas: a favela e os jornais**

A presença da palavra “favela” nos jornais cariocas do Segundo Governo Vargas pesquisados é muito frequente, sendo raro encontrar uma edição em que a mesma não apareça em alguma página impressa. Além da palavra “favela”, expressões como “favelado” (referindo-se ao morador dessas zonas de habitação precária) e mesmo “favelismo” (um neologismo cunhado para expressar um possível processo de expansão dessas moradias) surgem em diferentes espaços jornalísticos dos periódicos, quer sejam eles reportagens, colunas, artigos ou editoriais. Nesse trabalho, em virtude das dimensões limitadas de um artigo, iremos nos deter sobre os editoriais dos periódicos analisados.

Quando consideramos o conteúdo desses editoriais, percebemos diferenças e semelhanças de opinião. Normalmente, os jornais analisados apresentam uma visão fortemente negativa sobre a favela, caracterizando-a como um “problema”, um “câncer citadino”, um “lugar inabitável”, de “vida promíscua, sem higiene, sem educação, sem controle das autoridades”.<sup>17</sup> O *Jornal do Brasil* é o mais enfático quanto a isso, aparecendo como o periódico que demonstra a visão mais negativa sobre essas “habitações miseráveis”:<sup>18</sup>

As favelas são o *cavalo de Tróia* dentro da Cidade antigamente e de fato maravilhosa. [...] Barracos sem menor dose de comodidade ou higiene, feitos de zinco e tábuas de caixotes, sem água, sem luz, sem esgotos, servem de moradia à promiscuidade dos seres que neles se aglomeram, sem qualquer vigilância policial, sem leis, em suma, a que obedecer.<sup>19</sup>

O *Correio da Manhã* segue uma linha semelhante:

as favelas, com aglomerações que impressionam pela promiscuidade e pelo total desconforto. (...) Nas favelas que se armam em madeira e zinco na planície só há o que lamentar: a miséria absoluta, a completa promiscuidade dos aglomerados humanos que as formam. (...)

Quem quiser ter uma ideia da pobreza extrema dos favelados do Rio visite alguma feira livre depois de encerrada. Mulheres e crianças vão remexer os resíduos deixados pelos feirantes, porque naturalmente a fiscalização considerou imprestáveis os produtos abandonados, geralmente batatas e legumes. É o recurso da gente que não tem com o que pagar o que se vende no comércio varejista. Ainda que o pudesse obter pelos preços tabelados, não possuem meios para isso”.<sup>20</sup>

A *Última Hora* também salienta os aspectos negativos, ao lembrar, por exemplo, que “[é] uma sub-vida a que se leva nas favelas. Contra a higiene, contra a educação da infância, contra todo e qualquer progresso. Vida no meio da lama e da poeira, de contaminação e fome e tantas vezes de desespero”.<sup>21</sup> Entretanto, esse mesmo jornal se destaca por recordar que, nas favelas, existem não apenas desajustados sociais, mas muitos trabalhadores:

Nenhum argumento, nenhuma razão justifica a necessidade em que se acham coletividades com oito a dez mil pessoas de mandar em romaria suas delegações ao Cateté, para pedir providências quanto ao direito de ter um teto, onde possam repousar no intervalo das jornadas de trabalho.<sup>22</sup>

Nos editoriais dos demais impressos, apenas o *Correio da Manhã*, embora de forma tímida, identifica o “favelado” como um trabalhador.<sup>23</sup> O *JB*, por sua vez, toma uma posição mais crítica, salientando que, na favela, não temos apenas pessoas em baixas condições de vida, mas encontramos, igualmente, indivíduos de “boa vida”, obtida por métodos pouco louváveis.

A questão das favelas continua, portanto, a ser encarada somente pelo lado sentimental, o que seria justo se todos os seus componentes estivessem, realmente em condições precárias de rendas; mas nos morros também se localizam indivíduos que não tem profissão, e *trabalham* à noite, assaltando transeuntes e propriedades alheias.

Quando a polícia consegue segurar alguns desde logo descobre sinais evidentes de vida fácil e boa, boas roupas, bons calçados, lindas gravatas e revólveres, cujos preços são expressos em milhares de cruzeiros. Agora, vão ser, também, proprietários...<sup>24</sup>

Entretanto, também encontramos nesses jornais uma preocupação com a situação socioeconômica do “favelado”, ou seja, os editoriais apresentam uma visão negativa, mas não totalmente condenadora da favela. Procuram retratar a “miséria” a qual tais populações estão submetidas como um problema social que deve ser resolvido e não só negligenciado. Como nessa passagem em que o próprio *JB* condena uma ação de despejo da Prefeitura do Rio de Janeiro, que prometeu pagar insuficientes Cr\$ 3.000,00 para indenizar cada “casebre” removido.

Nada, pois mais natural do que o apelo feito ao Prefeito do Distrito Federal para que a arbitrária indenização de 3.000 cruzeiros seja substituída por outra mais elevada e mais condizente com o dispêndio real das construções ou melhoramento das habitações existentes.

Não deve, também, ser esquecida a triste situação em que se verá toda aquela gente humilde com escassos recursos e pouso incerto.<sup>25</sup>

Nesse aspecto, porém, é o jornal *Última Hora* que mais se destaca, colocando-se, em determinados momentos, como um verdadeiro “defensor” dos “favelados”, que chegam a procurar a redação do jornal para apresentar as suas queixas.

Se há desordens em alguma festa que intervenha a polícia. Mas coagir o favelado porque ele é pobre é uma polícia injusta e anti-social. Não há quem o compreenda. Somente os que se comprazem em humilhar os pobres para compensar a bajulação aos ricos. E não é com esses que se resolve qualquer problema.<sup>26</sup>

Outro elemento muito recorrente nessa caracterização das favelas está no aspecto estético, ou melhor, na “feiura” dessas “habitações”. Nesse caso, o *Jornal do Brasil* é o mais enfático, lembrando que as favelas enfeiam a Capital, repelem os turistas, trazem uma visão que desagrada os olhos, causa repulsa. O *Correio da Manhã* também expõe a falta de beleza das favelas: “se beleza houvesse nas construções da favela, poderíamos definir este aglomerado de abrigos como um estilo”, mas, só se for o “estilo da miséria”, como o próprio título do editorial já assevera.

Mas o aspecto que mais se destaca é a preocupação com o verdadeiro “crescimento” do “problema” no Distrito Federal, que, segundo o *JB*, que “faveliza-se” a olhos vistos:

As “favelas”, em vez de diminuir de volume, estão aumentando por toda a parte aparecendo novas, em locais bem visíveis em pontos situados em bairros os mais elegantes. Os casebres surgem ao lado de grandes obras oficiais, conforme se observa nos três pontos citados, o que revela uma tolerância e depois de desenvolvida a “favela”, difícil se torna a providência exterminadora.<sup>27</sup>

Essa preocupação não aparece claramente na *Última Hora*, mas é muito salientada no *Correio da Manhã*. Esse jornal, inclusive, utiliza-se de uma expressão peculiar para dar conta deste “crescimento”: “favelismo”.

Não sabemos se o governador da cidade presta a necessária atenção do impressionante desenvolvimento das favelas na cidade. Os morros congestionam-se, já não as podem conter. Está esgotada a capacidade de habitação. Mas se as favelas já erma – ou deveriam ser – a preocupação dos que respondem pela administração da cidade: agora, mais do que nunca o favelismo deve merecer atenção de quem responde pelo governo do Distrito Federal, embora como proposto do presidente da República. Porque, agora, as favelas ameaçam de frente a saúde pública.<sup>28</sup>

Na abordagem desse problema, o “favelismo” significa um verdadeiro avanço das zonas de habitação precárias sobre a cidade ordenada e urbanizada, simbolizada pela palavra “asfalto”. Esse avanço, que por si só já seria um problema, ainda é mais drástico porque com ele, não são só as moradias precárias que progridem frente ao resto da cidade, mas todos os seus problemas, como a miséria, a “feiura”, os riscos à saúde e a “criminalidade”. Como podemos ver nesses dois trechos do *Correio*:

Repetimos, porém, a miséria deve ser tolerada, mas sob a disciplina social a que todos são obrigados, ricos e pobres, para a defesa da saúde dos habitantes da cidade. Naquele ponto está patente, mesmo a quem vê a favela, dia a dia aumentando, só de fora, uma séria ameaça à saúde pública.<sup>29</sup>

...  
Em outros é a favela em formação responsável pelo lixo que a água carrega do morro para os esgotos. Assim, de repente o morador da rua começa a notar que fica cheia de lixo depois de uma chuva qualquer. O lixo é carregado para os esgotos, e a água vai ficando acumulada na sarjeta. A proporção que a favela cresce – e como cresce – o lixo vai aumentando e com ele a enchente.<sup>30</sup>

## As origens do problema

Quando nos questionamos os jornais sobre os fatores que dariam origem ao problema, encontramos igualmente semelhanças e divergências, embora, essas últimas sejam mais salientes.

O *Jornal do Brasil* aponta a forte atração exercida pelo meio urbano como uma das causas do “inchamento” das cidades e conseqüente formação das favelas. Essa atração, porém, seria enganosa, na medida em que os indivíduos migrariam para a *urbs* em busca de melhores condições de vida, mas encontrariam uma realidade muito diferente da imaginada. Sem conseguir salários dignos ou mesmo emprego, passam a ocupar os morros, terrenos e construções abandonadas. Outro fator apresentado pelo periódico diz respeito à especulação imobiliária com os “mucambos”:

E grande parte das vezes, as garantias dadas aos proprietários dos casebres não trazem benefícios pessoais ou de indivíduos que merecem amparo. O que fazem é animar especuladores, que constroem casebres e alugam aos mais necessitados. E uma especulação fácil de ser verificada e tem sido em mais uma ocasião. Em virtude de tudo isso, as favelas crescem a olhos vistos...<sup>31</sup>

O *Correio da Manhã* converge muito com o *JB*. Coloca também a força atrativa da cidade como elemento chave na compreensão do problema. Aponta igualmente a ação positiva do poder público, que, ao tentar sanear as favelas e permitir acesso mais fácil a hospitais e escolas, incentiva a migração maciça:

Foi, aliás, no longo período de sua ditadura (*Estado Novo*) que as favelas se constituíram como expressão de miséria e abandono. Foram geradas no delírio da inflação, quando a falsa prosperidade atraía os brasileiros para a ilusão das capitais. E assim cresceu artificialmente o Rio de Janeiro, criando as favelas e fomentando problemas.<sup>32</sup>

De outra parte, o *Correio* elenca a especulação imobiliária como uma das origens do problema, embora, diferente do *JB*, não foca a sua análise na própria favela, mas atribui o “fenômeno” à inflação. Devido a ela, terrenos eram comprados apenas para gerar lucros especulativos por aqueles que tinham dinheiro sobrando e, ao serem deixados vazios, eram ocupados por habitações irregulares.<sup>33</sup>

Outro ponto de convergência desses dois jornais está em associar o problema à forte e acelerada industrialização brasileira do período. Com lembra o *JB*:

O fenômeno observado em todo o mundo denominado comumente de civilizado, com o advento da era da industrialização, isto é, o êxodo rural, tem sacrificado duramente o nosso País. Os maiores salários oferecidos pelas indústrias sempre seduziram poderosamente o homem do campo. [...] Sem amparo, ganhando diárias miseráveis, o sertanejo, apesar de sua ignorância e a despeito do isolamento da cidade, começou a ouvir falar em amparo e direito dos trabalhadores urbanos. Praticamente morrendo de fome com sua família, tratou de enrolar seus trapos e inicia a campanha para o Eldorado ao longe assinalado.<sup>34</sup>

Em outras palavras, verificamos a tentativa de associar o mal que representa a favela ao processo de industrialização e aos benefícios trabalhistas oferecidos ao operário industrial.

O *Correio da Manhã* também vincula a industrialização ao êxodo rural. De um lado, pela incapacidade de absorção da mão de obra migrada do campo pelas indústrias. Sem opção e nem recursos, os trabalhadores rurais precisam se abrigar nos morros em habitações provisórias que se tornam definitivas, formando, dessa maneira, as favelas.

Estariamos agora no ponto em que outros países já se encontraram, quando como nós, se industrializavam. Esvaziavam-se os campos em benefício da indústria. No nosso caso, porém, os campos estão esvaziando em benefício das favelas. A indústria nem de longe está absorvendo os contingentes maciços que se escoam do nordeste em busca principalmente das falsas Mecas do Rio e São Paulo.<sup>35</sup>

De outro lado – e aqui está o aspecto mais significativo – é apontado a própria política de incentivo à industrialização pelo governo Vargas, que teria deturpado a alocação dos fatores produtivos em favor das manufaturas e em detrimento da “lavoura”:

É a essa absurda disparidade de tratamento entre indústria e agricultura que devem estar hoje, pela hora da morte as coisas que se comem. Os agricultores perceberam que o governo não queria saber de alimentos para o povo, mas sim transformá-lo em massa industrial. Amontoá-lo em favelas depois de tê-lo abandonar a vida sadia dos campos.<sup>36</sup>

Em outras palavras, percebemos claramente a tentativa de associar o “problema da favela” ao processo de industrialização acelerada que estava em curso, especialmente pela ação protecionista do Estado e seus supostos efeitos deturpadores da concentração da renda nacional em favor da indústria e em detrimento da agricultura.

A *Última Hora* nos oferece uma perspectiva bem diferente sobre os fatores que possivelmente originariam a favela. Não encontramos o termo êxodo rural relacionado à formação do fenômeno, localizando a explicação do problema na falta de organização interna do governo municipal, que não previu adequadamente a expansão da população da Capital, fruto do crescimento vegetativo e de migrações de outras regiões do país ou de estrangeiros.

Os problemas das cidades não nascem de hoje. Antigas administrações esqueceram-se de prever o crescimento do Rio e cada uma quis governar para o seu tempo, dizendo que depois viria o dilúvio, e não as encontraria mais no Poder. Uma porção de necessidades urbanas foram relegadas a segundo plano... [...] – a maioria da cidade – ficava na dependência das ruas esburacadas e no verdadeiro abandono suburbano.<sup>37</sup>

Em suma, o *JB* e o *Correio da Manhã* centram a sua explicação do crescimento das favelas no forte atrativo exercido sobre a população rural pelas “supostas” vantagens da vida urbana (acesso a saneamento, saúde, melhores rendas) e do emprego industrial. Sendo que o *Correio da Manhã* ainda foi mais incisivo, ao apontar diretamente a política industrial do governo Vargas como a principal responsável pela situação. A *Última Hora*, por sua vez, não faz esse tipo de relação e ainda caracteriza o morador da favela essencialmente como um trabalhador que precisa ver seus direitos de cidadão garantidos pelo Estado e, assim, ser preservado como fonte de mão de obra urbana.

### **Em busca de uma solução**

Por fim, encerraremos nossa análise abordando as possíveis soluções que os jornais apontaram pra resolver ou amenizar o problema do “favelismo”.

O *JB* colocou-se francamente contrário ao saneamento das favelas como solução viável. Primeiro, pela própria incapacidade do poder público em solucionar um problema tão grave com a carência de recursos disponíveis. Segundo, porque a resolução do problema somente seria possível atacando a sua raiz, ou seja, o êxodo rural, através da reforma agrária. Mas uma reforma agrária em terras devolutas, que não promoveria a redistribuição das propriedades privadas existentes. Aliada à reforma agrária, o jornal sugere ainda um maior investimento do governo na agricultura e o melhoramento das rodovias e ferrovias para baratear o custo de transporte da produção agrícola e onerar menos o produtor rural.<sup>38</sup> Por fim, o jornal também preconiza que a melhoria das condições de vida do trabalhador rural poderia servir como um verdadeiro efeito atrativo reverso, impulsionando o trabalhador que mora em péssimas condições nas favelas a se dirigir para a vida rural.

Falamos de frequente, sobre a necessidade de facilitar que a agricultura recupere parte da mão-de-obra que as indústrias e as comodidades urbanas lhe subtraíram: mas não calculamos que boa parte da solução desse problema estaria em oferecer aos trabalhadores que lutam, hoje, nas cidades, contra o encarecimento da vida e a falta de habitações, a possibilidade de encontrarem eles, nos campos, um conforto higiênico superior ao que lhes é permitido nas favelas e nas cabeças-de-porco da grande metrópole.<sup>39</sup>

O *Correio da Manhã* compartilha essa perspectiva, condenando o saneamento das favelas como elemento dinamizador do problema, cuja origem é o êxodo rural. Afirma:

Se a intervenção municipal se limitar à urbanização das favelas – instalando água, luz e outras utilidades nos morros – e a construção de casas populares, o resultado desse programa que custará algumas centenas de milhões de cruzeiros será o agravamento do problema, Porque, nessa altura o êxodo rural, que já é terrível se tornará dez ou cem vezes mais intenso.<sup>40</sup>

O jornal, porém, não aponta a reforma agrária como solução para isso, procurando deter-se na crítica ao processo de industrialização “deturpado” em curso. O *Correio*, entretanto, argumenta, inicialmente, que apenas o poder municipal não conseguirá pôr fim ao problema, sendo necessária uma ação conjunta entre agentes municipais e federais.<sup>41</sup> Mas, com o decorrer do tempo, acaba radicalizando o seu posicionamento e começa a defender a necessidade de as autoridades municipais usarem a lei para impedir o surgimento de novas e a expansão de antigas favelas.<sup>42</sup>

Em contrapartida a *Última Hora* toma uma posição bem divergente. Primeiro, porque procura assumir a condição de verdadeira “defensora” do “favelado”, posicionando-se contrariamente a qualquer alternativa de destruição dos barracos e das favelas pela ação violenta do Estado.<sup>43</sup> Depois, na medida em que se coloca como uma paladina do saneamento da favela, para melhorar as condições de quem mora nela. Segundo este periódico, aliás, o incentivo à habitação e ao saneamento serviria para manter a mão de obra concentrada nas cidades, ao mesmo tempo em que impediria a revolta da população pobre contra o governo ou o aumento da “marginalidade”, fatores perturbadores da ordem pública.

Cabe a Prefeitura – e já cabe há muito tempo, sem que seus administradores o compreendam – fazer o censo dos morros, alagadiços e outros terrenos, onde se instalam as favelas e diligenciar um plano de construções suscetível de melhorar as condições de moradia desse povo. E para os que não puderem contar logo com verdadeiras casas, mesmo porque o plano de construções há de ser gradativo cabe ainda a prefeitura melhorar as condições de habitabilidade, enviando às favelas assistentes sociais, incumbidos de ministrar noções de higiene e também engenheiros e mestres de obras, capazes de dar conselhos e orientação técnica quanto a realização de melhorias provisórias”.<sup>44</sup>

Por fim, a *Última Hora* é o principal periódico que defende as propostas apresentadas pelo governo Vargas de construção de moradias populares, em substituição às favelas cariocas.<sup>45</sup>

## Conclusões

Com base no estudo acima, podemos chegar a algumas conclusões relativamente significativas.

Primeiro, é nítido que a questão das favelas e seu crescimento preocupam a todos os jornais pesquisados, constituindo um problema a ser resolvido com urgência. O avanço da favela, aliás, representa não apenas a expansão das moradias precária, mas o avanço de tudo o que ela tem de negativo (pobreza, insalubridade, criminalidade) sobre a cidade civilizada do “asfalto”, o que torna ainda o “problema” ainda mais grave.

Segundo, é interessante como os jornais apresentam uma visão bastante complexa do fenômeno, sendo perceptível, nesses espaços de opinião, a maioria dos elementos apontados pela historiografia para caracterizá-lo, como êxodo rural, especulação imobiliária, precariedade, marginalidade, etc. Com isso não se quer dizer que esses periódicos têm uma visão irreparável e imparcial do problema, mas pretende-se salientar como eles podem servir para indicar a intensidade dessa experiência no período em que ela é vivenciada e mesmo serem úteis como fonte alternativa de pesquisa, pela riqueza e pluralidade de opiniões/informações que apresentam.

Terceiro, chama atenção as diferenças de ênfase e de percepção do “fenômeno”. O *JB* e o *Correio da Manhã* não se limitam a relatar a “vida miserável” de quem mora na favela e o risco para os demais moradores do Rio de Janeiro derivado do aumento do “favelismo”. Apontam também o que seria para eles a causa maior do problema – o êxodo rural – e identificam a sua origem: o processo de industrialização acelerada baseada em um intervencionismo estatal deturpador da alocação dos recursos produtivos. Dessa forma, não concordam que o saneamento das favelas seja a solução para a questão e sim apenas ataques diretos à sua causa, através de alguma política de valorização das atividades agrícolas e do trabalhador rural.

Numa linha de interpretação oposta encontramos o jornal *Última Hora*. Este, além de salientar que na favela não habitam apenas marginais (malandros), mas também trabalhadores, ainda defende o saneamento dessas zonas de habitação precária como uma medida aceitável para solucionar o problema. Em nenhum momento cita o êxodo rural ou a industrialização como causa do mesmo, colocando a sua origem na falta de planejamento municipal para o crescimento acelerado do Rio, uma consequência necessária do crescimento econômico. Além disso, ainda procura se posicionar como defensor ou porta-

voz dos interesses dos “favelados”, condenando as perseguições do poder público contra os moradores das favelas e as práticas de destruição discricionárias de suas moradias.

Dessa maneira, parece evidente que, ao menos no que se refere à questão do crescimento das favelas cariocas nos anos 1950, os impressos *JB* e *Correio da Manhã* colocam-se como críticos das transformações econômico-sociais pelas quais passava o país, além de compartilhar uma visão bastante conservadora sobre as favelas e seus habitantes. Já a *Última Hora* posiciona-se numa frente oposta, colocando-se como “defensora” dos “favelados”, da garantia de seus direitos como cidadãos e da busca de soluções para o problema que não envolvam um recuo ou crítica ao processo de industrialização brasileiro. Posições que podem ser razoavelmente explicadas pelos posicionamentos político-ideológicos desses jornais: *Correio da Manhã* e *JB* numa corrente anti-varguista e anti-intervencionista e a *Última Hora* como um jornal getulista e, acima de tudo, portador de um projeto econômico nacional-desenvolvimentista.<sup>46</sup>

## Notas

\* Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: luis.martins@puccrs.br

<sup>1</sup> Embora não caiba no escopo desse artigo discutir questões teóricas, empregamos o conceito de representação no sentido utilizado por Pierre Bourdieu e Roger Chartier, ou seja, como formas simbólicas de apreensão da realidade social que são, ao mesmo tempo, formas de construção dessa realidade tanto pelas significações coletivas que criam, quanto pela capacidade que essas significações apresentam para construir grupos sociais e condicionar comportamentos. Como essas formas simbólicas não são necessárias, são normalmente plurais e representam diferentes e contraditórios interesses sociais, elas estão sempre em concorrência para se definir qual delas ou quais delas é a mais legítima para expressar o pensamento coletivo e, assim, as hierarquias sociais. A isso Chartier chama de “lutas de representação” e Bourdieu de “lutas simbólicas”. Sobre isso, ver CHARTIER, R. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002; CHARTIER, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; e BOURDIEU, P. **La Distantion**. Paris: Minuit, 1979; BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989; BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>2</sup> ABREU, M. de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar, 1987; OLIVEIRA, L. L. (Org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002; SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo : Brasiliense, 1987. [11ª Ed.], 1985; PATARRA, N.L. e FERREIRA, C.E.C. **Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise**. — Campinas: NEPO, out. 1986.

<sup>3</sup> BRESCIANI, S. (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

<sup>4</sup> BOURDIEU, P. (Org.) **La misère du monde**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

<sup>5</sup> BRESCIANI, S. op. cit., p. 10.

<sup>6</sup> BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 2ª ed.. São Paulo Martins Fontes, 1997.

<sup>7</sup> ABREU, M. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. [1ª Ed.]; ABREU, R. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998; ALMEIDA, A. G. ; NAJAR, A. L. **Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada**. **Rua** (UNICAMP), vol. 1, 2012.

<sup>8</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apud SILVA, G. ReFavela (notas sobre a definição de favela). In: **Revista Lugar Comum**, nº39, 2013. p.39. Disponível em [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110906130223ReFavela%20notas%20sobre%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20favela%20-%20Gerardo%20Silva.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110906130223ReFavela%20notas%20sobre%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20favela%20-%20Gerardo%20Silva.pdf)

<sup>9</sup> COSTA, R. G.; FERNANDES, T. M. Cidades e Favelas: Territórios em disputa. **X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política**, Recife, 2010. p. 3 Disponível em [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270343233\\_ARQUIVO\\_EncontroHO2010TaniaFernandes\[1\].pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270343233_ARQUIVO_EncontroHO2010TaniaFernandes[1].pdf)

<sup>10</sup> ABREU, M. de A. op. cit., 1987; ABREU, M. op. cit., 2014.

<sup>11</sup> ABREU, M. op. cit., 2014.

<sup>12</sup> Para o período estudo, Ruben qualifica esse “poder atrativo” como o efeito ilusório das “luzes da cidade” sobre o homem do campo. OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

<sup>13</sup> SINGER, P. op.cit.; OLIVEN, R. G. op.cit.

<sup>14</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920,1940, 1950, 1960,1970, 1980,1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>.

<sup>15</sup> SINGER, P. op.cit.

<sup>16</sup> ABREU, M. de A. op. cit., 1987; OLIVEIRA, L. L. op.cit.

<sup>17</sup> As “favelas” do Rio. **Jornal do Brasil**, 08 de junho de 1951, Caderno 1. p. 5.

<sup>18</sup> Ver, quanto a isso, o significativo editorial: As “favelas” do Rio. **Jornal do Brasil**, 08 de junho de 1951, Caderno 1. p. 5.

<sup>19</sup> O problema das favelas. **Jornal do Brasil**, 16 de abril de 1952, Caderno 1. p.5.

<sup>20</sup> Sistema que fracassou. **Correio da Manhã**, 12 de julho de 1953. p.4.

<sup>21</sup> Defender os favelados. **Última Hora**, 07 de maio de 1951. p.4.

<sup>22</sup> Relento. **Última Hora**, 09 de janeiro de 1952, segunda seção. p. 1.

<sup>23</sup> “A população das favelas é, simples, parte do operariado (e até da pequena burguesia) que não encontra outros meios de habitação”. As favelas. **Correio da Manhã**, 14 de março de 1953. p.4.

<sup>24</sup> Vão criar as favelas. **Jornal do Brasil**, 04 de novembro de 1954. p. 5.

<sup>25</sup> Desapropriações. **Jornal do Brasil**, 19 de setembro de 1954. p. 4.

<sup>26</sup> Defender os favelados. **Última Hora**, 07 de maio de 1951, p. 1.

<sup>27</sup> **Jornal do Brasil**, 07 de abril de 1951, primeiro caderno. p.1.

<sup>28</sup> O favelismo da planície. **Correio da Manhã**, 30 de abril de 1953. p.4.

<sup>29</sup> O favelismo da planície. **Correio da Manhã**, 30 de abril de 1953. p.4.

<sup>30</sup> Os novos sacrificados. **Correio da Manhã**, 18 de abril de 1954, 4º caderno. p.4.

<sup>31</sup> As Favelas. **Jornal do Brasil**, 05 de setembro de 1953. p.9.

<sup>32</sup> O princípio de autoridade. **Correio da Manhã**, 10 de maio de 1951, Caderno 1. p. 4. O mesmo é apontado pelo JB: “As autoridades públicas arrastaram, elas mesmas, o cavalo de Tróia para dentro da Cidade. Conquanto paradoxal, o estratagemas não foi ideado pelos inimigos de fora. Os últimos prefeitos, a cuja autoridade cumpria a defesa da Cidade, abriram eles mesmos as suas portas aos enxames humanos que dominam as suas alturas, cobrindo os nossos morros desse aspecto tenebroso da desordem social que são os casebres neles espalhados aos milhares”. O problema das favelas. **Jornal do Brasil**, 16 de abril de 1952, Caderno 1. p. 5.

<sup>33</sup> “O Problema, antes de tudo é um desajustamento econômico, social e cultural que divide o Brasil. Desajustamento econômico não apenas entre classes – o que existe em todo o mundo – mas entre regiões geoeconômicas, entre Sul e o resto do país. Êsse desajustamento econômico canaliza para o Rio e São Paulo milhares de brasileiros de outros Estados, cujo ponto de concentração, nesta cidade, são as favelas” “. As favelas. **Correio da Manhã**, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1. p. 4.

<sup>34</sup> Um problema difícil. **Jornal do Brasil**, 05 de agosto de 1951, Caderno 1, p. 5.

<sup>35</sup> Êxodo cego. **Correio da Manhã**, 29 de dezembro de 1951, Caderno 1. p. 4.

<sup>36</sup> Rumo à fartura. **Correio da Manhã**, 22 de março de 1953. p.4.

<sup>37</sup> No cipóal. **Última Hora**, 25 de setembro de 1951, Primeira seção. p. 1.

<sup>38</sup> Para exemplificar: “A reforma agrária, portanto, (deve) incluir no seu texto, como medida de valia, a desapropriação e distribuição de terras das margens das rodovias desde que os respectivos proprietários não queiram aproveitá-las de qualquer maneira. [...] Todas as providências postas em uso há dois anos, todas as construções populares beneficiaram, mais ou menos, a dois mil favelados, pela Rio-Bahia durante o mesmo prazo, chegaram ao Rio, segundo dados modestos quarenta mil novos favelados. São levas e levas que chegam todos os dias em caminhões e que vão encontrando famílias e famílias que estão fazendo o trajeto a pé. A reforma agrária deve considerar, pois, de maneira especial, esse grave aspecto do problema”. A reforma agrária. **Jornal do Brasil**, 10 de agosto de 1951, Caderno 1. p. 5.

<sup>39</sup> Casas para colonos. **Jornal do Brasil**, 24 de junho de 1953. p.5.

<sup>40</sup> As favelas. **Correio da Manhã**, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1. p. 4.

<sup>41</sup> As favelas. **Correio da Manhã**, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1. p. 4.

<sup>42</sup> “Porque bulas e milagres poderão estar isentos de tudo isso os “construtores” das favelas? Não há ali um só barraco que não seja visceralmente ilegal. O terreno é de outrem, não houve planta, não há esgotos: nada existe que possa existir”. Favelas e regulamentos. **Correio da Manhã**, 20 de março de 1953. p.4.

---

<sup>43</sup> “Cabe a todos nós, inclusive ao Estado tomar todas as medidas possíveis para suprimir das nossas cidades está chaga que tanto nos humilha e constrange. Mas quando falamos suprimir – não falamos em demolir pronta e sumariamente os barracos da pobreza, deixando ao relento os moradores, os velhos, as mulheres e as crianças transformados em mendigos a esmolar pela cidade”. Defender os favelados. **Última Hora**, 07 de maio de 1951. p.4.

<sup>44</sup> Relento, **Última Hora**, 09 de janeiro de 1952, segunda seção. p. 1.

<sup>45</sup> Como, por exemplo, ao comentar “o plano de cooperação financeira entre os Institutos de Previdência, as Caixas Econômicas Federais, a Fundação da Casa Popular etc, e os governos estaduais e municipais para a construção de milhares de casas para o povo e a extinção das favelas”. A marcha para a redenção dos municípios brasileiros. **Última Hora**, 31 de julho de 1953. p.3.

<sup>46</sup> Sobre essas classificações, consultar: MARTINS, L. C. dos P. Petróleo, imprensa e luta pelo desenvolvimento econômico: jornais liberais cariocas e a política econômica do Segundo Governo Vargas. **Anos 90**, vol. 19, 2012. p. 199-219; MARTINS, L. C. dos P. O Processo de Legitimação da Industrialização Planejada nas Páginas da Grande Imprensa Brasileira: Projetos de Desenvolvimento em Disputa. In: ABREU, L. A.; (Org.). **Autoritarismo e Cultura Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2013. [1ª ed.] pp. 209-236.